

### EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C é um periódico quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Departamento de Contabilidade - Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Paraná. Trata-se de um Periódico Científico que disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico [www.ser.ufupr.br/rcc](http://www.ser.ufupr.br/rcc).

A RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria é direcionada a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade e áreas correlatas. A sua missão é difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. Conseqüentemente, o objetivo do periódico é publicar e difundir pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que representem contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil.

O periódico publica contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas com a contabilidade, controladoria ou finanças e suas características informacionais nos diferentes contextos socioeconômicos e empresariais, nas áreas pública, privada e do terceiro setor. Assim, buscam-se textos que abordem assuntos relacionados às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira, Teoria Contábil, Controladoria, Custos, Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, Auditoria e Perícia, Finanças, Ensino, Educação e Pesquisa em Contabilidade e Finanças. Nesta edição a Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C divulga mais oito artigos inéditos que esperamos poder contribuir para a evolução da área.

Neste número, são apresentados oito trabalhos inéditos de diversas áreas, tais como ensino, hedge accounting, risco, contabilidade pública, contabilidade tributária, dentre outras, com autores das mais diversas instituições brasileiras, bem como um trabalho de autoria portuguesa.

No primeiro trabalho, Carlos Antônio Gonçalves da Silva e Jaime Crozatti avaliam, na visão dos auditores internos da Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo, que gerencia o quarto

maior orçamento do setor público do Brasil, aspectos relacionados aos prazos, relevância e utilidade desta informação. Os resultados evidenciam que a Prefeitura de São Paulo precisa acelerar o processo de adequação das condições para que o referido demonstrativo atinja os objetivos defendidos pela regulamentação, pelas autoridades e pela literatura da área. Capacitação, estruturas técnicas e sensibilização dos servidores responsáveis tanto pela elaboração ou quanto pela utilização do novo demonstrativo estão entre as razões mais apontadas pelos respondentes na pesquisa e uma das principais contribuições do estudo é avaliar as dificuldades do desenvolvimento da contabilidade pública gerencial, na mudança do paradigma fiscal para o gerencial: orçamento x patrimônio; equilíbrio orçamentário x qualidade no gasto público.

No segundo texto, Claudio de Souza Miranda, Edson Luiz Riccio e Raissa Alvares de Matos Miranda traçaram um panorama do ensino de temas ligados à contabilidade gerencial no Brasil com o intuito de observar o nível de aprofundamento destes conteúdos nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil. A análise das grades foi feita a partir da observação de 83 cursos, de todo Brasil, nas disciplinas de contabilidade gerencial, controladoria, orçamento, custos, sistemas de informações gerenciais. Em relação às grades observa-se que os conteúdos ligados à contabilidade gerencial, representam em média 12,5% do curso, com variações de 5% a 17,5% do conteúdo. Observou-se também o baixo oferecimento de conteúdos optativos, e que há ainda sobreposição de conteúdos em algumas ementas analisadas. A análise dos livros didáticos indica inicialmente uma concentração das publicações na editora Atlas, seguida da Saraiva. Os livros disponíveis foram lançados em sua maioria a partir do ano 2000, e a maior concentração é observada em títulos da área de custos. Em relação às obras didáticas de contabilidade gerencial, observa-se que as obras nacionais muitas vezes acabam por abordar grandes conteúdos de contabilidade financeira.

Na sequência Moisés Ferreira da Cunha, Isabel Alves do Nascimento, Ilírio José Rech e Camila Araújo Machado avaliam a aderência entre a teoria de finanças e as práticas do mercado na aplicação das taxas de IR/CS para estimar o benefício fiscal e a igualdade das médias entre o projetado e o realizado pelas empresas. Os resultados levam à conclusão da rejeição da hipótese de que há aderência entre a teoria e a prática do mercado. Esta conclusão está ancorada no viés encontrado na tentativa de maximização do valor da empresa (taxa efetiva para o fluxo de caixa e marginal para a taxa de desconto). Por sua vez, a hipótese secundária de igualdade das médias entre o realizado pelas empresas e o projetado no laudo não foi

rejeitada estatisticamente, o que leva a inferir a igualdade entre as alíquotas de IR/CS projetadas e as realizadas.

No quarto artigo, Lilian Marques Nagem e Hudson Fernandes Amaral analisam a relação entre o dividend yield e o retorno anormal acumulado no período pós-pagamento de dividendos, considerando instabilidade econômica. Os resultados indicam que a diferença dos retornos anormais acumulados do grupo com alto dividend yield para o grupo com baixo foi estatisticamente insignificante para o período analisado, o que vai contra os resultados encontrados anteriormente. O trabalho sugere que a relevância do dividend yield para o retorno das ações não pode ser explicado unicamente pelo efeito fiscal.

Na sequência, Eduardo Bona Safe de Matos, Ricardo Borges de Rezende, Matheus de Mendonça Marques, Edilson Paulo e Lucas Oliveira Gomes Ferreira identificam se há diferenças na utilização de derivativos e do Hedge Accounting em empresas de países diferentes, porém com ações negociadas em um mesmo mercado. Identificou-se que, com exceção de uma empresa brasileira, todas as outras operam com derivativos e delas, todas utilizam hedge como forma de proteção aos riscos. Com relação ao Hedge Accounting, os resultados mostram que, enquanto 42% das empresas brasileiras utilizam tal metodologia para avaliar seus investimentos, 87% das japonesas utilizam. Os resultados sugerem que as empresas japonesas, representando uma economia mais desenvolvida, utilizam mais a ferramenta de Hedge Accounting, assim como suas formas de disclosure, em comparação às empresas brasileiras.

No sexto artigo, Daniel Arruda Coronel, Cristiano Hayakawa Seii e Viviani Silva Lírio verificam a aplicabilidade da análise técnica aos contratos futuros de café arábica negociados na BM&FBovespa, no período de 1992 a 2009. Os resultados indicam que o uso de métodos de análise técnica aplicados aos contratos futuros de café arábica reduziu, de forma significativa, a variação nos retornos auferidos, independentemente da normalidade ou não das condições de mercado. Conseqüentemente, a quantidade de capital destinada para a manutenção da margem de garantia das operações realizadas também foi reduzida.

Na sequência, Maria Teresa Venancio Dores Alves verifica o nível de percepção que os gestores das PMEs localizadas em Luanda e em Lisboa têm quanto à utilidade da informação financeira no processo de tomada de decisão. O estudo revelou que os inquiridos dos dois países em estudo reconhecem a importância da informação financeira na tomada de decisões no mundo empresarial. No entanto, em Portugal, o nível de percepção parece ser mais elevado.

No último texto, Maria Clara Cavalcante Bugarim, Joaquim Carlos da Costa Pinho, Lúcia Lima Rodrigues e Diego de Queiroz Machado apresentam as principais realizações do Sistema CFC/CRCs no desenvolvimento e evolução da Contabilidade brasileira. Inicialmente, a revisão bibliográfica que se concentrou na história da Contabilidade no Brasil evidenciou conquistas importantes nos primeiros séculos do país. Essa primeira fase histórica da Contabilidade no Brasil tem seu final em 1946, exatamente com a criação do Conselho Federal de Contabilidade. De fato, desde a sua criação, a atuação do Conselho Federal e Conselhos Regionais se mostra como fundamental para a evolução das práticas contábeis no país. Na pesquisa documental, ao serem ressaltados aspectos referentes à criação do código de ética profissional do contabilista, o processo de alteração na regulamentação da profissão e a criação da lei da representatividade, enfatiza-se a preocupação da entidade com a evolução das práticas contábeis no país, de forma a acompanhar as tendências internacionais do campo.

Desejamos a todos uma ótima leitura,

**Prof. Dr. Jorge Eduardo Scarpin**

**Editor**